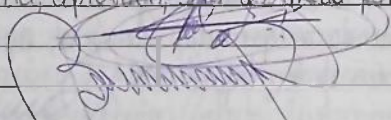


coloreou em votação, sendo aprovado o parecer favorável da Comissão Técnica em conjunto ao referido projeto, estando portanto aprovado o projeto de Lei nº 008199 de autoria do Vereador Eduardo Correia Braga. Sendo mais havendo a falar, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, subscrita e aprovada, fosse expedida para que produza seus efeitos legais.



Ato do Vigésimo Quarto Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizado no dia (18) de maio de maio do ano de (1999) mil novecentos e noventa e nove.

Aos dezesseis horas do dia (18) de maio do ano de (1999) mil novecentos e noventa e nove, sob a presidência em exercício do Vereador Silas Rodrigues Bento e com a capacitação do Primeiro Secretário "ad hoc" pelo Vereador Luiz Benedito Araújo Filho reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além destes responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Ayr Silva da Rocha, Denis Bezerra de Aguiar, Antônio Carlos de Carvalho Andrade, Augusto Salvador Moura de Carvalho, Edson Silva Magalhães, Jânio dos Santos Mendes, Manoel Jobino da Silva Filho, Mário Aurélio Ramos Spínica, Milton Roberto Pereira de Souza, Walcy Rodrigues da Silva, Waldir Cavalcanti de Aguiar Neto e Ulmar Monteiro. Havendo no mere regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir, ao ser elegerada em discussão, a Ata da Vigésima Quarta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo, o Vereador Ulmar Monteiro disse em Questão de Ordem: "Senhor Presidente diante do teor do ato, seu caráter, sendo que se tem afirmado que existe parte de comunitária nesta cidade. Eu disse, comentários na Ata

de que o edital existe. Então a administração não é muito legalista que fosse julgo o impetório que existem comentários na cidade que existe edital, não, como declaração proibida a mim" Declarado em sessão e Ata do Legislativo Câmara Vereadores Ordinária do Primeiro Período Legislativo, foi aprovada por unanimidade com a conexão soluciada pelo Vereador Nilmar Monteiro, sendo também aprovada por unanimidade a Ata do Câmara Vereadores Ordinária do Primeiro Período Legislativo. A seguir, o Senhor Presidente, após o cumprimento regulamentar soluciado ao Primeiro Vereador "ad hoc" e leitura do Expediente que consta de seguinte: Presença do Senhor Luiz Carlos de Oliveira - Funcionário do Centro de Oportunidades - Sistema Integrado de Assistência ao Trabalhador, para proferir palestra sobre os problemas de desemprego em nossa região, Ofício 01181/2019/UNC - 34118 - 0114/99 - Telmar, assunto: Em resposta aos requerimentos nº 030/99, 031/99 de autoria do Vereador Guepê Galvador Ricardo de Carvalho, Ofício 01181/2019/UNC - 34118 - 0115/99 - Telmar, assunto: Em resposta ao requerimento nº 015/99 de autoria do Vereador Eduardo Carlos Kila, Ofício nº 024118/SCAF/99, assunto: Encaminha os Balançamentos dos meses de março e abril/99 Ofício Circular Secplan nº 61/99, assunto: Arreda os Senhores Vereadores desta Casa para participarem do Anuário Regional que se realizará no dia 19 de maio, às 14h, no auditório do Colégio Estadual Riquel Coute, situado à rua 13 de novembro, s/nº, Centro, Cabo Frio, RJ, requerimento nº 047/99 de autoria do Vereador Waldi Cavalcante de Aquino Neto, assunto: Solução ao Exmo. Sr. Prefeito em exercício do Município de Cabo Frio, e retorno de cento de Verbos localizados próximo da quadra do Stáplon, requerimento nº 048/99 de autoria do Vereador Volcy Rodrigues da Silva, assunto: Solução ao Exmo. Senhor Presidente da ANTEL, providências no sentido de combater irregularidades da CERS, Indicação nº 086/99 de autoria da Vereadora Maria Auxiliadora Ramos Rônicia, assunto: Solução ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e extensão do transporte coletivo aos Bairros Água Fria, Casagrande e Panaiá Secundários, Indicação nº 087/99 de autoria do Vereador Maria Auxiliadora Ramos Rônicia, assunto: Solução ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e construção de um espaço com bancas para a prática de esportes e lazer, no balneário São Nesto, frente das Ruínas, tipos a leitura do Expediente, o Senhor Presidente Walter Augusto, cento soluciado aos Senhores Nilmar Monteiro e Waldi Cavalcante de Aquino Neto para que acompanhem o Senhor Luiz Carlos de Oliveira, funcionário do Centro de Oportunidades

humidades do Sistema Integrado ao Trabalhador, para da Tribuna proferir palestra sobre desemprego, de acordo com expediente enviado a esta Casa, datado de 09 de março do ano de 1999, com o tempo de minutos. Quando a palavra e Senhor Luiz Zaro de Oliveira após as saudações de honra discorreu sobre a questão do desemprego principalmente em Cabo Frio, falta de profissionais qualificados e que estavam desempregados agravando sensivelmente o problema atual. A seguir, elevou vetos-petição sobre a questão do desemprego em todo o mundo, enfatizando principalmente a globalização econômica, mas fragmentada politicamente. A seguir colou dados estatísticos, dados sobre economia e a necessidade de espírito de todos, também da classe política para que fosse resolvido o problema do desemprego. Agradeceu, colocou-se a disposição de todos para outras palestras nos distintos segmentos da Comunidade. A seguir o Senhor Presidente agradeceu afirmando ter sido de grande ajuda a palestra proferida neste a sua profundidade e os conhecimentos do palestrante sobre a matéria. A seguir, o Senhor Presidente solicitou aos Vereadores Valery Rodrigues da Silva e Waldir Maurício de Sousa Neto para que acompanhassem o Senhor Zaro de Oliveira que se retirava do Plenário Osvaldo Rodrigues dos Santos. A seguir, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para os Oradores inscritos em livro próprio. Como único Orador inscrito, cumpre a Tribuna o Vereador Fábio dos Santos Mendes, registrando inicialmente que para o atual Governo mais valia um mau po pintado do que o estomago de uma criança. Prezando em sua eloquência, disse que segundo documento enviado pelo Sr. Sandra Maria Browne, Diretora do Departamento de Saúde Pública do Secretariado Municipal de Saúde, Cabo Frio registava diariamente vinte e dois casos de dengue notificados no Sistema de Saúde do Município. Disse que tal quadro era resultado da omissão e responsabilidade do Governo Almir Pereira que não recolhia FGTS, e demais obrigações sociais devidas, sendo Cabo Frio excluído do programa da Fundação Nacional de Saúde do Governo Federal, deixando de receber as verbas específicas para o equipamento para combater a dengue. Disse que diante do estado de emergência pública reconhecido pelo Govimp do Estado e pelo Governo Federal, deve ser recebido o dinheiro da Fundação Nacional de Saúde, do Sr. Kaba, excluindo-se o que cabe a situação calamitosa de Cabo Frio, o Ministério estava liberando naquela data, os recursos, equipamentos e verba para combater



eão de pessoal. Disse em pronunciamento que o caso já estava arquivada, que
 não se podia fazer, porque o Município era uma epidemia. Disse que se-
 boravam verbas para premiação pessoal na televisão mas faltavam verbas para
 as campanhas de conscientização para a grande maioria de Kombi e cinque
 Um relação ao desemprego, disse que o sindicalismo não estava entrando
 e que tal coisa estaria perturbando e todos aqueles que tentavam a espolação do
 trabalhador em nome de uma globalização que só interessava aos poderosos, e a
 requir, falou do movimento das ruas, transporte alternativo, em todo Brasil, e
 também em Cabo Frio, uma forma inventada e ensaio de vencer o desemprego.
 finalizando, procedeu a leitura de texto publicado no jornal "O Habitante", com o t-
 tulo de "transporte dos habitantes", afirmando que fazia questão de tal requir po-
 ra mostrar o que a sociedade pensava, e exigiu das autoridades repub para
 com os trabalhadores do transporte alternativo, e, para com o Cidadão, empresários
 e latifundistas, o que seria convergado com a regulamentação de tal atividade, no que
 encerrou sua fala. Continuando na direção dos trabalhos, o Senhor Presidente solu-
 eitou aos Senhores Vereadores que ficassem atentos para o tempo regulamentar quan-
 do do uso da tribuna, na medida em que a residência poderia ser interpretada
 de outra forma, mas, sobretudo, o Regimento Interno teria que ser acatado.
 Não havendo mais Oradores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presi-
 dente encerrou os trabalhos para o Ordem do Dia, desta etapa para promapre-
 findas as seguintes matérias: foram aprovados os requerimentos nº 041/99,
 048/99 e os Indicações nº 086/99 e 087/99. Sumando o Ordem do Dia, o
 Senhor Presidente entregou a tribuna para a Explicação Pessoal. Depois a tribu-
 na em Explicação pessoal, o Vereador Ranald Sabino da Silva Filho, falando
 inicialmente que não familiara na Parce qualquer Projeto dispendo sobre tra-
 porte alternativo, mas, parecia que a questão incomodava, e assim, a Casa não
 podia ficar aberta diante dos acontecimentos. Disse que fundamentalmente era
 necessário obter uma definição do Governo do Estado, assim diante a campa-
 nha eleitoral tu prometido a legalização do transporte alternativo e, nos distri-
 bamentos junto aos Municípios. Disse não ser senão que o Governo do
 Estado permitisse a independência do transporte alternativo, levando a inseguran-
 ea tanto para os trabalhadores de tal atividade como para os empresários con-
 ei excessão. Com relação ao Município, disse que na inexistência de depist

legal para o transporte por vans e similares, produzia-se a desorganiza-
ção de tão importante setor para a vida do cidadão, e, com a proliferação
de vans oriundas de outros Municípios a situação se agravava e, nos episó-
dios dramáticos que se sucediam o Governo do Estado permanea omissa
permitindo tal estado de incidentes e permitindo que insubordinação fosse
militar de lances afirmou que o Governo do Estado não podia ficar perante
uma posição favorável as vans e, embora em poderes para tal, permanea
omissa, sequer editando um Decreto e, muito menos enviando homenagem
à Assembleia Legislativa, deixo maior, dos trabalhadores em transportes
alternativos. Disse ter tomado conhecimento que os trabalhadores de Pabofrio
estavam sendo prejudicados pelo grande número de veículos imediatos
de outros Municípios e Estados, transformando em verdadeira bagunça
o sistema de transporte coletivo em Pabofrio, e assim o Governo do Estado
era o grande vilão permitindo a desobediência civil pela omissão dos
atos que obrigatoriamente tinham que ser formalizados. Sugere a Ban-
cada do PDT na Pausa para que dirigissem esforços para que o transpor-
te alternativo fosse legalizado com urgência. Finalizou afirmando que já se
tempo de Governador dar um basta nos discursos de campanha e, en-
viar homenagem para a Assembleia Legislativa e assim legalizar o trans-
porte alternativo. A seguir, ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal, o
Deputado Luiz Benedito Arcanjo Filho, comunicando que recebera convite
do Rádio Liberal para debate sobre Perícia Médica em Pabofrio. Disse
ser importante que os segurados que se sentissem prejudicados deveriam
promover o seu Gabinete para que pudesse ter o maior número de dados,
quanto a tal quadro. Disse estar preparando "elossiê", que seria encami-
nhado ao Conselho de Saúde, sobre as inúmeras denúncias quanto
a Perícia Médica no Município. Convidou aos demais Vereadores prin-
cipalmente os integrantes da Comissão de Saúde para que participas-
sem do debate promovido pelo Rádio Liberal na próxima segunda-feira
às nove horas, na que encerrava sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna
em Explicação Pessoal, o Deputado Ulmar Monteiro, fazendo comentá-
rios sobre o Artigo 1.º do pelo Deputado do PDT quanto a transporte afir-
mando ser necessário o encaminhamento de este, registrando que os seg-

busquem na medida em que surgiam enormes brechas no mercado de transporte pelo desemprego, e assim, muitos motoristas de vans já haviam sido empregados em empresas de transporte. Ainda sobre o Arbpq, falou trecho em que o autor alertava sobre o grande número de motoristas não habilitados e não prepostos, conduzindo veículos precários em tal transporte. Continuando falando o Arbpq disse que o transporte de vans deveria continuar alternativo, visto que a extinção das empresas de ônibus e taxis não seria bom para a população. Comentando, disse o Orador entender que ao transporte alternativo era necessário para a população, mas era fundamental a regulamentação. Disse ter compreendido que o Arbpq após o reformo de férias adotaria providências para regulamentar o transporte alternativo em todo o Rio, e assim, era necessária a manutenção e observância o procedimento ordeno dos condutores de vans que estavam trabalhando das Bexões da Câmara. A seguir, falou sobre a palestra sobre o desemprego, e confessava não entender de que forma a Câmara poderia pressionar Governos para minorar a questão do desemprego, na medida em que a reforma tributária e ecológica não eram competência de legislaturas municipais e sim do Congresso Nacional. Prosseguindo, disse que a questão do desemprego era grave por demais, na medida em que a incidência de impostos sobre indústria e comércio eram fatores negativos na geração de empregos, quadro que precisava ser restrito. Falando da necessidade de ser promovido amplo debate com o esforço de todos os segmentos produtivos e organizados da Comunidade quanto ao desemprego, encerrou sua fala. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu a presença da assistência e da qualis que de forma ordenada buscaram junto ao legislativo solução para seus pleitos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a Utiunicação Arbpq, e aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.